



Governo destina R\$ 15 bi a setores afetados por crises internacionais

Ovos, frango e carne suína podem ficar mais caros com a guerra no Irã, diz setor

Página 3

Governo prevê arrecadar R\$ 4,4 bi com taxaço de fintechs, bets e JCP

Página 10

Guerra no Irã impactará inflação brasileira para 96% dos analistas, mostra BC

O conflito no Oriente Médio terá impacto sobre a inflação brasileira por meio da oscilação nos preços de commodities e de ativos financeiros para 96% dos agentes econômicos consultados pelo Banco Central.

O resultado do questionário enviado ao mercado às vésperas da última reunião do Copom (Comitê de Política Monetária) foi divulgado pelo BC na quarta-feira (25).

Entre as 113 respostas dos entrevistados, 71% consideraram que o impacto da guerra no Irã será discretamente inflacionário no Brasil, enquanto 25% avaliaram que o efeito do conflito será fortemente inflacionário.

Apenas 4% responderam que a crise geopolítica terá efeito neutro ou irrelevante no Brasil, enquanto 1% afirmou considerar o embate como discretamente desinflacionário para o país.

As respostas do questionário enviado aos analistas do mercado financeiro no dia 6 de março serviram como subsídio para a decisão mais recente do Copom sobre a taxa básica de juros, a Selic.

Na última quarta (18), o colegiado iniciou o ciclo de queda de juros e reduziu a Selic em 0,25 ponto percentual, de 15% para 14,75% ao ano. Diante da incerteza provocada pela guerra no Irã, o comitê deixou a próxima decisão em aberto. Em ata, afirmou que a duração e a intensidade do ciclo de cortes serão decididas ao longo do tempo.

A ideia do Copom é ter mais clareza da profundidade e da extensão do conflito no Oriente Médio antes de definir quais serão os movimentos seguintes. A próxima reunião está marcada para 28 e 29 de abril.

Na quarta-feira 25, o preço do petróleo está em queda. Os EUA dizem ter enviado um plano de paz para o Irã. O país, contudo, afirma que não está negociando com os norte-americanos, desmentindo declarações do presidente americano, Donald Trump.

O barril Brent, referência internacional do petróleo, abriu o dia em queda e chegou a despencar 6,76% às 22h de terça-feira (horário de Brasília), quando começavam as negociações na Ásia. O preço subiu um pouco, mas permaneceu no patamar entre US\$ 94 e US\$ 96.

Para combater a alta de preços de combustíveis, diante do risco para inflação em ano eleitoral, o governo Lula zerou as alíquotas de PIS/COFINS sobre o diesel até o fim do ano e também autorizou um subsídio para bancar parte do preço do diesel. (Folhapress)

Equatorial convoca 1,45 milhão para garantir isenção na conta de luz



Fernando Frazão/Agência Brasil

O Grupo Equatorial, que controla distribuidoras de energia em sete estados, informou que cerca de 1,45 milhão de clientes de baixa renda precisam atualizar o cadastro junto às empresas para manter em vigor a isenção na conta de luz determinada pelo Programa Tarifa Social.

Esse total de famílias representa 35% dos 4,15 milhões de beneficiários da tarifa social em áreas cobertas pela Equatorial: Maranhão, Pará, Piauí, Alagoas, Amapá, Rio Grande do Sul e Goiás. Página 3

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou a Medida Provisória (MP) nº 1.345/2026 que cria linhas de crédito de R\$ 15 bilhões do Plano Brasil Soberano, sob a gestão do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O texto foi publicado na quarta-feira (25) no Diário Oficial da União.

De acordo com o governo, os recursos visam apoiar as empresas brasileiras exportadoras e aquelas relevantes para a balança comercial na-

cional em meio a instabilidades geopolíticas, como a atual guerra no Oriente Médio. Também continuam incluídas no plano os exportadores que ainda enfrentam medidas tarifárias impostas pelo governo dos Estados Unidos.

Lançado em agosto de 2025, o Brasil Soberano foi um pacote de financiamento destinado a empresas exportadoras impactadas pelo tarifaço estadunidense que, na época, impôs tarifas de até 50% para produtos brasileiros vendidos naquele país. Página 3

Governo de São Paulo investe R\$ 161,5 milhões em viaturas, armas e equipamentos para policiais e bombeiros

Página 2

Lula batiza primeiro caça Gripen produzido no Brasil

Página 12

DÓLAR	
Comercial Compra: 5,22	Turismo Compra: 5,25
Venda: 5,22	Venda: 5,43
EURO	
Compra: 6,03	Venda: 6,03

Esporte

MOTO1000GP amplia experiência do público com apresentações de Fred Kyrillos

Além da ampliação no número de categorias, equipes e corridas ao longo do fim de semana, a temporada 2026 do MOTO1000GP também está ampliando as atrações disponíveis ao público ao longo da programação. Entre os destaques estão as apresentações de Fred Kyrillos, que levará seu show de manobras às etapas do Campeonato Brasileiro de Motovelocidade, ampliando a experiência dos fãs nos autódromos nas oito etapas. A estreia será em 12 de abril, no GP Motul, no Autódromo de Interlagos, em São Paulo (SP).

Hexacampeão brasileiro de FMX, campeão da Copa Brasil de Motocross Estilo Livre e bicampeão do Duelo de Motocross, Fred Kyrillos consolidou seu nome entre os principais representantes do freestyle motocross brasileiro. Com

carreira marcada por alto nível técnico e atuações em eventos de projeção internacional, o piloto soma participações em competições como Night of the Jumps, X Games, Red Bull X-Fighters e Nitro World Games.

"Acredito que, não só para mim, mas para toda a equipe, é uma grande oportunidade fazer parte do MOTO1000GP na temporada 2026. É um campeonato relevante para o motociclismo nacional, que percorre diversos estados e leva ao público emoção, ativações e interação. Contribuir com essa experiência é um privilégio. Levar o freestyle motocross para o campeonato amplia o entretenimento e também pode atrair um público que já acompanha a modalidade, fortalecendo ainda mais o evento", avalia Fred sobre a experiência no MOTO1000GP.

Além das apresentações de



Foto: MOTO1000GP

Fred Kyrillos leva o freestyle motocross às etapas do MOTO1000GP em 2026

Kyrillos, o MOTO1000GP mais ativações. O Motu Experience, circuito de habilidades voltado a

motociclistas habilitados, com foco em técnicas de controle em baixa velocidade. O espaço Mot-

tu Company também estará presente, com exposição e venda de produtos da marca. Outro destaque é o motopasseio, ação já tradicional na programação do MOTO1000GP, realizada aos domingos e aberta aos motociclistas presentes, desde que devidamente equipados. A atividade reúne o público em um momento coletivo dentro do autódromo, reforçando a conexão entre fãs e o ambiente das corridas. O MOTO1000GP terá oito etapas em seis diferentes estados, com oito categorias.

"Estamos com grande expectativa para as disputas. A temporada será maior, com mais equipes, o que deve resultar em corridas mais competitivas. Somos apaixonados por motociclismo e animados para acompanhar tudo de perto", completou Kyrillos.

TCR Brasil acelera para a segunda etapa em Cascavel

A TCR Brasil Banco BRB desembarca em Cascavel para a segunda etapa da temporada 2026 após uma abertura de campeonato marcada pelo equilíbrio, pelo forte calor e por vencedores diferentes no Circuito dos Cristais, em Curvelo (MG). Com triunfos divididos entre o argentino Leonel Pernia e o brasileiro Nelson Piquet Jr (ambos da Honda Racing), o início do ano já indicou um cenário competitivo e imprevisível para a sequência do calendário.

Além dos vencedores, a etapa de Curvelo teve como

destaque a regularidade de nomes como os brasileiros Raphael Reis e Celso Neto (ambos da W2 Pro GP), que saíram do fim de semana nas primeiras posições da tabela e iniciam a etapa de Cascavel como candidatos diretos à manutenção da liderança do campeonato. A diversidade de montadoras presentes na categoria também reforçou o equilíbrio técnico da disputa.

Com base nos resultados da abertura, a classificação do campeonato chega apertada para a segunda etapa, com Reis na liderança, seguido de perto por Neto e Pernia, enquanto Piquet apare-

ce entre os principais concorrentes após a vitória em Curvelo.

Agora, o foco se volta para o Autódromo Internacional Zilmar Beux, em Cascavel, um dos circuitos mais rápidos e desafiadores do calendário. Conhecido pelas altas velocidades e oportunidades de ultrapassagem, o traçado paranaense promete acirrar ainda mais as disputas vistas na etapa de abertura.

A expectativa para o fim de semana é de corridas novamente equilibradas, com múltiplos candidatos à vitória e um campeonato que começa a ganhar forma já nas primei-

ras etapas da temporada.

"Tivemos boas corridas em Curvelo na abertura do TCR Brasil Banco BRB e saímos na liderança do campeonato. Cascavel é uma pista muito desafiadora e o contorno do Bacião é sempre um atrativo do calendário para todos os pilotos. Nosso ano tem sido positivo, tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos e quero aproveitar esse bom momento para voltar a pontuar bem em Cascavel", comentou Raphael Reis, líder do campeonato.

Na última visita da TCR em Cascavel, em 2024, quando foi realizada uma etapa dupla, com quatro

corridas, as vitórias ficaram com Rodrigo Baptista, Fabian Yamnautoni, Galid Osman e Juan Ángel Rosso. Neste ano de 2026, o título da TCR Brasil ficou nas mãos do brasileiro Pedro Cardoso.

A programação contará com dois treinos livres na sexta-feira (27), no sábado (28), às 12h acontecerá a classificação e a corrida 1, às 15h30 e no domingo (29), às 14h, acontece a corrida 2. A classificação e as provas serão transmitidas pela BandSports e no YouTube, pelo canal Gazeta Esportiva e pelo canal oficial da TCR.

InvestSP impulsiona negócios e empregos com missões internacionais

No mês de fevereiro, a InvestSP, Agência de Promoção de Investimentos, vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, intensificou sua atuação internacional com a realização de missões institucionais estratégicas voltadas à promoção da economia paulista.

As agendas, concentradas na Europa e realizadas em feiras de relevância mundial nos setores audiovisual e de turismo, resultaram em números expressivos de geração de negócios, atração de investimentos e criação de empregos, reforçando o posicionamento de São Paulo como um dos principais polos econômicos e culturais da América Latina.

Entre os dias 12 e 22 de fevereiro, a InvestSP participou da

missão empresarial à Berlinale, um dos mais relevantes festivais de cinema do mundo, por meio do CreativeSP, programa estadual de apoio à internacionalização da economia criativa paulista. A iniciativa foi realizada em parceria com a Secretaria da Cultura, Economia e Indústria Criativas.

Durante o evento, 10 empresas do setor audiovisual foram apoiadas na prospecção de oportunidades e captação de investimentos para o desenvolvimento de projetos culturais. Ao longo da missão, foram realizados 204 contatos de negócios com representantes de 28 países, com destaque para França, Alemanha, Espanha, Itália e Reino Unido.

Como resultado, há uma expectativa de geração de USD 20,9

milhões (cerca de R\$ 108 milhões) em negócios nos 12 meses seguintes à missão, um crescimento de 157% em relação ao ano anterior. Além disso, a projeção é de criação de mais de 1.500 empregos diretos e indiretos no setor audiovisual.

Durante o festival, a produção "Feito Pipa", dirigido por Allan Deberton, conquistou dois dos mais importantes reconhecimentos do Berlinale: o Grand Prix do Júri Internacional de Melhor Filme e o Urso de Cristal, concedido pelo Júri Jovem. A produtora da longa, Bionica Filmes, foi uma das empresas integrantes da missão do CreativeSP no festival.

Turismo paulista ganha visibilidade na BTL Lisboa 2026

Outra frente estratégica ocorreu durante a missão à BTL Lisboa 2026, uma das principais feiras de turismo da Europa. A ação teve como foco a promoção da cidade de São Paulo como destino turístico e a geração de oportunidades de negócios para em-



As missões da agência trouxeram numerosos positivos relacionados a economia paulista

presas do setor, por meio do programa Discover SP, realizado em parceria com a Secretaria Municipal de Turismo.

A agenda institucional incluiu reuniões com importantes atores do mercado internacional, além de visitas técnicas a referências em turismo e hospitalidade, como a Escola de Hotelaria e Turismo de Lisboa, o Sport Lisboa e Benfica, o Santuário Cristo Rei e o Mos-

teiro dos Jerônimos.

A missão contou com a participação de sete empresas paulistas, abrangendo segmentos como agenciamento de viagens, gastronomia, tecnologia, audiovisual e transporte. Ao todo, foram realizados 193 contatos de negócios com representantes de 33 países, com destaque para Portugal, Espanha, Argentina, Alemanha e Itália.

A expectativa é de geração de USD 2,33 milhões (aproximadamente R\$ 13 milhões) em negócios nos 12 meses subsequentes.

São Paulo conectado ao mundo
Os resultados das missões realizadas em fevereiro evidenciam a efetividade da estratégia da InvestSP na promoção da internacionalização das empresas paulistas e na atração de investimentos para setores estratégicos da economia.

"Os números confirmam o avanço de São Paulo no cenário internacional, com ações coordenadas que ampliam a presença do estado em mercados estratégicos da economia criativa e do turismo. A articulação com parceiros institucionais e o setor privado fortalece conexões qualificadas, impulsiona a inserção global das empresas paulistas e gera impactos concretos em negócios, investimentos e empregos", destacou Rui Gomes, presidente da InvestSP. (Governo de SP)

CESAR

NETO

www.jornalistacesarneto.com

CÂMARA (São Paulo)

31 março / 1º abril é data da chamada [por parte das Forças Armadas de 1964 a 1985] revolução gloriosa, o coronel (Exército) Erasmo Dias foi deputado na ALESP e vereador no maior parlamento municipal brasileiro

PREFEITURA (São Paulo)

31 março / 1º abril é data da chamada [por parte das Forças Armadas de 1964 a 1985] revolução gloriosa, o brigadeiro do ar (FAB) Faria Lima foi eleito (1965) prefeito da maior cidade e capital estadual da América do Sul

ASSEMBLEIA (São Paulo)

31 março / 1º abril é data da chamada [por parte das Forças Armadas de 1964 a 1985] revolução gloriosa, o capitão (Exército) Castelo Branco foi deputado. É sobrinho-neto do marechal e ex-presidente Castelo Branco

GOVERNO (São Paulo)

31 março / 1º abril é data da chamada [por parte das Forças Armadas de 1964 a 1985] revolução gloriosa, o capitão (Exército) Tarcísio Freitas é governador do mais importante Estado brasileiro e candidato à reeleição

CONGRESSO (BRASIL)

31 março / 1º abril é data da chamada [por parte das Forças Armadas de 1964 a 1985] revolução gloriosa, o tenente-coronel aviador (FAB) Marcos Pontes é senador (pelo Estado SP). Tem mandato até eleições 2030

PRESIDÊNCIA (Brasil)

31 março / 1º abril é data da chamada [por parte das Forças Armadas de 1964 a 1985] revolução gloriosa, o capitão (Exército) Jair Bolsonaro foi o 1º militar [após a Constituição de 1988] a ser eleito à presidência (2018) ...

PARTIDOS (Brasil)

Aliança Renovadora Nacional está completando 60 anos [hoje com o nome de Partido Progressistas]. O partido Arena deu sustentações políticas [eleições indiretas] no Congresso Nacional a todos os governos militares

JUSTIÇAS (Brasil)

Aliança Renovadora Nacional está completando 60 anos [hoje com o nome de Partido Progressistas]. Arena foi registrado na Justiça Eleitoral em 4 abril 1966. Serviu às Forças Armadas do Castelo Branco ao João Figueiredo

ANO 34

O jornalista Cesar Neto faz uso da Inteligência Espiritual. Na imprensa (Brasil) desde 1993, nossa coluna [diária] de política recebeu "Medalha Anchieta" da Câmara (SP) e "Colar de Honra ao Mérito" da Assembleia (SP) ... por ter se tornado referência das Liberdades [Concedidas por DEUS] ... X @cesarnetoreal

cesar@jornalistacesarneto.com

A PALAVRA - "E a paz de Deus, para a qual também fostes chamados em um corpo, domine em vossos corações; e sede agradecidos" Colossenses 3:15

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação

Matriz:
Rua Carlos Comenale, 263
3º andar - Bela Vista - SP
CEP: 01332-030
Filial: Curitiba / PR

Assinatura on-line

Mensal: R\$ 20,00
Publicidade Legal
Atas, Balanços e
Convocações
Fone: 3258-1822
Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R\$ 3,50

Agências de notícias

Agência Brasil - EBC
Notícias Agrícolas
Folhapress
Governo de São Paulo
Prefeitura de São Paulo

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Linha 17-Ouro: às vésperas da inauguração, conheça a estação que ligará a rede de metrô ao Aeroporto de Congonhas



Estação possui plataforma central de 60 metros, preparada para atender mais de 13 mil passageiros por dia, com potencial de crescimento ao longo dos anos

A nova Estação Aeroporto de Congonhas, da Linha 17-Ouro do Metrô, marca um avanço inédito na integração entre transporte sobre trilhos e aviação comercial em São Paulo. Construída na Avenida Washington Luís, a estação oferecerá um túnel exclusivo, gratuito e totalmente coberto, que levará o passageiro diretamente ao saguão do aeroporto — o segundo mais

movimentado do país.

A estação já tem estruturadas suas áreas principais, como plataforma, mezaninos, acessos e circulações. A fase atual concentra os acabamentos finais, a integração dos sistemas operacionais e os testes dinâmicos que antecedem a operação assistida da Linha 17-Ouro, prevista para iniciar ainda neste mês.

O túnel é o grande diferencial do projeto. Construído sob a Avenida Washington Luís, ele garante um trajeto curto, seguro e acessível entre o metrô e o aeroporto, eliminando travessias externas e oferecendo praticidade tanto para passageiros aéreos quanto para trabalhadores do terminal.

A estação possui plataforma central de 60 metros, preparada para atender mais de 13 mil passageiros por dia, com potencial de crescimento ao longo dos anos. Seus acessos estão distribuídos entre a Avenida Washington Luís e a Rua Lourical, incluindo a entrada integrada diretamente ao edifício do aeroporto. Todos os espaços foram desenhados para garantir acessibilidade total, com elevadores, escadas rolantes, pisos táteis e bloqueios sinalizados.

Além da conexão com o transporte aéreo, a estação foi planejada para integrar diferentes modos urbanos. O entorno contará com baía de ônibus, ci-

clovia, paraciclos para 35 bicicletas e áreas organizadas para embarque e desembarque de veículos particulares.

Assim como as demais estações da Linha 17-Ouro, o projeto incorpora soluções sustentáveis, como ventilação e iluminação naturais nos ambientes públicos, captação de água pluvial para limpeza e irrigação e ampliação de áreas externas permeáveis, contribuindo para o conforto ambiental e a melhoria do espaço urbano.

Sobre a Linha 17-Ouro

Com início de operação previsto para março de 2026, o primeiro trecho da Linha 17-Ouro ligará o Aeroporto de Congonhas à rede metroferroviária, beneficiando cerca de 100 mil passageiros por dia. Serão oito estações ao longo de 6,7 km, conectando o aeroporto às Linhas 5 Lilás e 9 Esmeralda e ampliando a integração entre modos na zona sul da capital. (Governo de SP)

Governo investe R\$ 161,5 mi em viaturas, armas e equipamentos para policiais e bombeiros

O Governo de São Paulo entregou na terça-feira (24), durante o evento São Paulo Mais Seguro, na capital, novas viaturas, equipamentos e armamentos para as forças de segurança do estado. O investimento, de R\$ 161,5 milhões, contempla as polícias Civil, Militar e o Corpo de Bombeiros e corresponde à primeira etapa de aportes na segurança pública em 2026.

Durante o evento, o governador Tarcísio de Freitas também anunciou mais entregas que serão realizadas ao longo dos próximos meses. "Serão R\$ 173 milhões em novas viaturas, sendo 870 para a Polícia Militar e 286 para a Polícia Civil. Estamos fazendo essa entrega no dia de hoje, com 258 viaturas, mas vamos entregar mais em abril e continuaremos nessa sequência, um pouco, a reboque do calendário de entrega das fabricantes. No final, estamos falando de 1.173 novas viaturas que serão entregues nos próximos meses e o investimento de R\$ 222 milhões em armamento e equipamentos", afirmou.

A cerimônia contou ainda com os secretários da Segurança Pública, Osvaldo Nico Gonçalves, e do Desenvolvimento Urbano e Habitação, Marcelo Branco, além de outras autoridades estaduais.

Neste pacote de entregas, a Polícia Militar foi contemplada com 231 viaturas. São 40 motocicletas, 190 veículos, entre SUVs e caminhonetes — sendo cinco destinados ao Canil e 50 ao patrulhamento rural —, além de um barco para o Comando de Operações Especiais (COE). A PM também recebeu 15 mil co-

letes balísticos.

Já o Corpo de Bombeiros recebeu 27 viaturas, entre 11 Unidades de Transporte (UT), 10 Auto Bomba Salvamento e Resgate (ABSR), cinco Auto Bomba Salvamento (ABS) e um ônibus. Ainda houve a entrega de 715 Equipamentos de Proteção Respiratória (EPR) aos bombeiros para reforçar a segurança em ocorrências de alto risco, como em incêndios e resgates. Para a Polícia Civil, são 1,5 mil pistolas da marca Glock distribuídas aos agentes.

O Muralha Paulista também recebeu 1,2 mil novas câmeras de leitura automática de placas e reconhecimento de pessoas procuradas pela Justiça, que serão acopladas às viaturas e integradas ao programa. O investimento permitirá a identificação de veículos furtados, roubados ou com restrições; atuação em tempo real durante o patrulhamento ostensivo e integração com os bancos de dados da PM e SSP.

Todas as viaturas, armas e equipamentos serão distribuídos na capital paulista, Grande São Paulo e no interior do estado, nas regiões de São José dos Campos, Campinas, Ribeirão Preto, Santos, Sorocaba e Presidente Prudente.

Os números evidenciam uma política contínua de fortalecimento das forças de segurança paulista, com foco na modernização da infraestrutura e tecnologia, na valorização dos profissionais e no aumento da proteção dos agentes e da população.

Bonificação e modernização das carreiras

As entregas realizadas nesta terça fazem parte do programa de



Todas as viaturas, armas e equipamentos serão distribuídos na capital paulista, Grande São Paulo e no interior do estado

valorização das forças policiais, que inclui o pagamento de bonificação, reajuste salarial e o novo plano de carreira das categorias.

Na última quinta-feira (18), o Governo de São Paulo autorizou o pagamento da Bonificação por Resultados (BR) aos policiais do Estado, referente ao exercício de 2025. O montante total é de R\$ 609 milhões, que contempla seis bimestres de avaliação. O pagamento está previsto para o próximo mês, após a publicação da deliberação da Comissão Intersetorial.

Além disso, o governador Tarcísio de Freitas encaminhou à Assembleia Legislativa (Alesp) projetos de lei que reúnem reajuste salarial e novos planos de carreira para as polícias paulistas. A proposta é de aumento linear de 10% nos salários das Polícias Civil, Militar e Técnico-Científica, com regras que facilitem as promoções nos quadros de segurança.

No plano de carreira da Po-

lícia Civil, o modelo atual será substituído por um sistema mais estruturado, transparente e fundamentado em critérios claros. A proposta moderniza a lógica de progressão funcional, que será orientada por parâmetros técnicos, como desempenho, qualificação e tempo de serviço.

Com a mudança, as promoções passam a ocorrer de forma periódica, duas vezes no ano, e deixam de depender da existência de vagas.

Já na Polícia Militar, a reformulação atualiza as regras de efetivo e reorganiza quadros, como a extinção da graduação do soldado 2º classe, havendo a promoção automática para a 1ª classe.

Para dar mais fluidez ao sistema de promoções, o projeto também estabelece regras para a transferência à reserva de oficiais e subtenentes que já tenham tempo de aposentadoria, mas que ainda não atendam aos requisitos para promoção ou permaneçam estagnados na carreira. (Governo de SP)

Governo destina R\$ 15 bi a setores afetados por crises internacionais

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou a Medida Provisória (MP) nº 1.345/2026 que cria linha de crédito de R\$ 15 bilhões do Plano Brasil Soberano, sob a gestão do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O texto foi publicado na quarta-feira (25) no Diário Oficial da União.

De acordo com o governo, os recursos visam apoiar as empresas brasileiras exportadoras e aquelas relevantes para a balança comercial nacional em meio a instabilidades geopolíticas, como a atual guerra no Oriente Médio. Também continuam incluídas no plano os exportadores que ainda enfrentam medidas tarifárias impostas pelo governo dos Estados Unidos.

Lançado em agosto de 2025, o Brasil Soberano foi um pacote de financiamento destinado a empresas exportadoras impactadas pelo tarifaço estadunidense que, na época, impôs tarifas de até 50% para produtos brasileiros vendidos àquele país. No dia 20 de fevereiro, uma decisão da Suprema Corte dos EUA derrubou a decisão do governo Donald Trump, que reagiu impondo tarifa global de 15%.

Ainda assim, a alguns setores continuam alvo de tarifas maiores, como a Seção 232, legislação americana, ainda vigente, que possibilita a imposição de

tarifas por razões de segurança nacional.

Serão até R\$ 15 bilhões em recursos que poderão utilizar: o superávit financeiro do Fundo de Garantia à Exportação (FGE), apurado em 31 de dezembro de 2025, inclusive do principal; o superávit financeiro, apurado em 31 de dezembro de 2025, de fontes supervisionadas por unidades do Ministério da Fazenda; e outras fontes orçamentárias.

Terão direito às linhas de crédito as empresas exportadoras de bens industriais e seus fornecedores, como siderúrgico, metalúrgico e automotivo, no segmento de autopeças. Também estão incluídas aquelas que atuam em setores industriais com relevância no comércio exterior brasileiro, como farmacêutico, de máquinas e equipamentos e eletrônicos, além de outros setores importantes, impactados com a falta de fertilizantes devido a conflitos externos.

As linhas de crédito vão financiar: capital de giro; aquisições de bens de capital ou investimentos para adaptação da atividade produtiva; investimentos que propiciem a ampliação da capacidade produtiva ou adensamento da cadeia; investimentos em inovação tecnológica ou adaptação de produtos, serviços e processos; e outras hipóteses, conforme estabeleci-

do em ato conjunto dos ministérios da Fazenda e do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC).

As condições, encargos financeiros, prazos e demais normas regulamentadoras das linhas de financiamento serão estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Fazenda e MDIC também definirão os critérios de elegibilidade às linhas de financiamento e demais normas complementares necessárias à implementação.

Novo sistema

O presidente Lula ainda sancionou a Lei nº 15.359/2026 que cria o Sistema Brasileiro de Crédito Oficial à Exportação. O texto, aprovado no início do mês pelo Congresso Nacional, também está publicado no Diário Oficial da União desta segunda-feira.

A nova lei visa modernizar o seguro e o financiamento às exportações brasileiras e traz aprimoramentos para a atuação do BNDES.

“Uma das alterações mais relevantes incluídas envolve a formalização de normas para financiamento às exportações de serviços pelo BNDES. [A lei] consolida o alinhamento das práticas brasileiras às internacionalmente adotadas e dá segurança jurídica ao corpo técnico do banco”, explicou o BNDES,

em comunicado.

A garantia de maior transparência será adotada com a criação de um portal único para centralizar as informações sobre todas as operações aprovadas. Ainda, uma vez por ano, o BNDES vai apresentar à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal o portfólio de projetos, para ampliar a interlocução e acompanhamento parte dos parlamentares.

A nova lei incorpora regra que já constava em normativos internos do banco e que estabelece que países inadimplentes com o Brasil não podem tomar novos empréstimos com o BNDES até a regularização da sua situação.

O texto também estabelece mecanismos para incentivar operações que envolvam economia verde e descarbonização. Outra novidade é a possibilidade de cobertura do risco comercial enfrentado pelas micro, pequenas e médias empresas em operações com prazo de até 750 dias na fase de pré-embarque. Até então, o limite era de 180 dias.

Por fim, a lei estabelece regras para operacionalizar o Fundo Garantidor de Operações de Comércio Exterior (FGCE), instituído em 2012 como um fundo com natureza jurídica de direito privado, criado para dar suporte a exportações brasileiras contra riscos comerciais. (Agência Brasil)

Chuvvas em Minas: União autoriza repasse de R\$ 5 milhões a Ubá

O Diário Oficial da União traz publicado na quarta-feira (25) repasse de R\$ 4,9 milhões para a cidade Ubá, em Minas Gerais.

De acordo com a Portaria nº 997, o valor foi liberado pela União e será transferido a Ubá por meio do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional.

A verba deverá ser usada em resposta aos desastres causados pelas tempestades que atingiram o município no fim de fevereiro.

Prejuízos

As fortes chuvas que atingiram a Zona da Mata Mineira no final de fevereiro deixaram 72 mortos, após vários deslizamentos de terra, desabamentos de prédios e transbor-

damento de rios.

Foram 65 mortes registradas em Juiz de Fora e sete de Ubá, além de milhares de moradores deslocados ou desabrigados.

Reconstrução

Passado um mês, as famílias ainda tentam reconstruir o que restou.

A Prefeitura de Ubá informa que tem dado assistência integral aos moradores mais impactados pelas chuvas.

Os números indicam que a inundação atingiu área de aproximadamente 47,4 km², o que representa cerca de 11,6% do território do município.

Desde fevereiro, foram registradas cerca de 1.188 famílias deslocadas e 4.790 pessoas diretamente atingidas pela inundação. (Agência Brasil)

Equatorial convoca 1,45 milhão para garantir isenção na conta de luz

O Grupo Equatorial, que controla distribuidoras de energia em sete estados, informou que cerca de 1,45 milhão de clientes de baixa renda precisam atualizar o cadastro junto às empresas para manter em vigor a isenção na conta de luz determinada pelo Programa Tarifa Social.

Esse total de famílias representa 35% dos 4,15 milhões de beneficiários da tarifa social em áreas cobertas pela Equatorial: Maranhão, Pará, Piauí, Alagoas, Amapá, Rio Grande do Sul e Goiás.

A necessidade de atualização dos dados é uma determinação da política pública Luz do Povo, do governo federal, regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

As empresas do Grupo Equatorial iniciaram, em fevereiro, a campanha de comunicação com os clientes, que inclui envio de WhatsApp e email (tarifa.social@equatorialenergia.com.br).

Nos casos em que não houver contato digital cadastrado, haverá tentativas por correio ou presencialmente por agentes comerciais.

As mensagens são personalizadas com o nome do titular da conta e o número da conta-contrato ou unidade consumidora.

Regulamento

Para ser incluído na tarifa social, o titular da conta de luz deve ser integrante de família registrada no Cadastro Único (CadÚnico), banco de dados do governo federal com registro de famílias de baixa renda. O endereço da conta tem que ser na mesma cidade que consta no CadÚnico da pessoa.

As famílias têm até 31 de dezembro para regularizar os dados. Caso contrário, o benefício pode ser suspenso. As notificações da empresa acusam qual a inconsistência identificada.

Quando houver divergência de titularidade, será possível in-

cluir o titular da conta no cadastro social ou solicitar a troca de titularidade.

Nos casos de inconsistência de município, o consumidor deverá atualizar o CadÚnico na cidade onde está a unidade consumidora ou transferir o benefício para outra conta de energia vinculada à família no município.

Atualizações no cadastro podem ser feitas em um Centro de Referência de Assistência Social (Cras) do município de residência do titular da conta.

Brasil

A necessidade de atualização dos dados não é exclusividade de clientes de distribuidoras da Equatorial Energia.

De acordo com a Associação de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee), em todo o país, mais de 3,5 milhões de famílias precisam confirmar informações para manter o benefício da tarifa social.

Esse contingente equivale a

27% do total de 13 milhões que recebem o desconto, segundo a Abradee.

Tarifa social

A isenção da tarifa social é direcionada a lares com renda familiar mensal por pessoa de até meio salário mínimo. Este ano, o salário mínimo está fixado em R\$ 1.621.

O benefício garante isenção para consumo de energia mensal de até 80 quilowatt-hora (kWh).

Para famílias com renda mensal por pessoa entre meio e um salário mínimo, há desconto para o consumo até 120 kWh por mês.

Também são cobertas pela tarifa social as famílias que recebem o Benefício de Prestação Continuada (BPC), um salário mínimo por mês ao idoso em situação de vulnerabilidade ou pessoa com deficiência de qualquer idade, além de indígenas e quilombolas de baixa renda. (Agência Brasil)

Lula quer mudanças no crédito rotativo diante da alta do endividamento da população

Pressionado pelo impacto negativo da alta do endividamento das famílias na sua popularidade em ano eleitoral, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) quer mudanças para reduzir o custo do rotativo do cartão de crédito.

O tema foi discutido em reunião do presidente com a cúpula do Executivo na semana passada, que avaliou as principais fontes de desgaste do governo no cenário eleitoral. Nova reunião aconteceu na terça-feira (24) com integrantes da equipe econômica.

Os ministros Gleisi Hoffmann (Relações Institucionais) e Sidônio Palmeira (Secretaria de Comunicação) defendem mudanças nas regras para a fixação de novos limites para o rotativo.

O diagnóstico repassado a Lula foi o de que o elevado comprometimento do orçamento doméstico com o pagamento das dívidas tem feito com que as famílias acabem o mês sem dinheiro, situação que aumenta o mal-estar com o governo, neutralizando o quadro de redução do desemprego, geração de renda e controle da inflação.

Para auxiliares do presidente, todo o aumento de renda está se esvaindo com as dívidas.

Reportagem da Folha de S. Paulo mostrou que as famílias brasileiras direcionam 29% dos seus ganhos para quitar compromissos financeiros desde outubro do ano passado, o maior percentual em pelo menos 20 anos, de acordo com dados do Banco Central.

O calote das pessoas físicas é liderado principalmente pelo rotativo do cartão, com inadimplência de 63,5% em janeiro. Essa modalidade de crédito tem taxa de 14,81% ao mês-valor maior do que a taxa Selic de um ano, hoje em 14,75%.

Pelas regras em vigor, o valor total cobrado de juros e encargos financeiros no rotativo e no parcelamento da fatura do cartão não pode ultrapassar 100% da dívida principal, segundo regra aprovada em 2024. Uma dívida de R\$ 100, que não é quitada, por exemplo, está limitada a R\$ 200 após incidência dos juros e dos encargos por atraso.

Mudança, no entanto, não resolveu o problema, na avaliação dos auxiliares de Lula.

O governo também estuda medidas para reduzir os juros do chamado consignado privado, modalidade de crédito voltada para os trabalhadores com carteira assinada. Esse tipo de empréstimo foi reformulado em um ano, mas para o governo as taxas ainda são muito altas.

Uma das propostas é consi-

derar abusivas taxas acima da média de um determinado patamar, o que, na prática, funcionaria como um teto para os juros cobrados, segundo pessoas a par do tema.

O governo também vai regulamentar o uso do saldo do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) como garantia para o consignado privado, o que pode ajudar a baixar os juros.

Representantes do setor financeiro, ouvidos pela reportagem na condição de anonimato, avaliam que uma proposta de mudança a ser apresentada pelo governo para reduzir os juros cobrados dificilmente enfrentaria resistências no Congresso em ano eleitoral, da mesma forma como ocorreu no ano passado com a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5.000.

Os executivos não descartam ainda a possibilidade de o governo discutir alterações na regra que limita aos bancos cobrar taxas de juros de até 8% ao mês no cheque especial, colocadas em vigor desde 2020 pelo Banco Central.

Em 2023, a ideia inicial do governo era colocar teto de juros também no cartão de crédito. Na época, estudo contratado pelas instituições financeiras mostrou que 65 milhões de cartões seriam cancelados pelos bancos, caso o limite fosse aprovado, o que afetaria o consumo das famílias.

A razão apresentada pelos bancos na época foi a de que o balanço entre o custo e o risco não compensaria manter a clientela. A proposta não seguiu em frente. A expectativa do setor agora é que o governo vai tentar fazer a mudança. Procurado pela reportagem, o Banco Central, que determina as regras do setor financeiro, não respondeu à publicação deste texto.

No dia 12, a ministra Gleisi Hoffmann chamou de criminosas a taxa de juros do crédito rotativo em publicação nas suas redes sociais. “Se a taxa Selic é vergonhosa a taxa de juros do cartão de crédito rotativo é criminosas: uma Selic ao mês! O parcelado no cartão paga juros de 9,43% e o cheque especial 7,52% ao mês. Sem falar de outros empréstimos, inclusive os consignados”, escreveu.

Técnicos da área econômica do governo, que são críticos ao modelo implementado pelo governo Lula 3 de demanda estimulada por crédito, acreditam que as medidas até agora adotadas, como o programa Desenrola de renegociação de dívidas, não resolveram problemas estruturais. (Folhapress)

Ovos, frango e carne suína podem ficar mais caros com a guerra no Irã, diz setor

O aumento nos custos provocado pela guerra no Irã já pressiona a cadeia de produção de ovos, frango e carne suína no Brasil e pode levar a reajustes ao consumidor nos próximos dias, segundo a ABPA (Associação Brasileira de Proteína Animal).

A entidade afirma que a alta do diesel elevou em até 20% os fretes rodoviários do setor, incluindo desde o transporte de insumos até a distribuição do produto no mercado interno. Além disso, diz que embalagens plásticas —derivadas do petróleo, com trajeto dificultado pelos conflitos no estreito de Hormuz— já registram aumento de até 30%.

“Frente a este quadro, é possível que ocorram nos próximos dias repasses aos preços para o consumidor tanto de ovos, como de carne de frango e carne suína”, afirma a associação.

Os preços dos ovos caíram 10,79% no acumulado de 12 meses, com base no último IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo). Apesar disso, foi registrada uma inflação mensal de 4,55% em fevereiro, que pode ser explicada

pela alta demanda na Quaresma, tradição católica que pede substitutos para a carne vermelha, não consumida especialmente durante a Sexta-Feira Santa, no próximo dia 3.

A cesta básica paulistana chegou a aumentar 0,31% puxada pela alta de 9,21% nos ovos, segundo pesquisa mensal do Procon-SP (Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor) em parceria com o Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos). A dúzia passou de R\$ 9,56 para R\$ 10,44.

O movimento ocorre em um momento de demanda aquecida com o “boom das proteínas”. No caso dos ovos, por exemplo, o consumo chegou a 287 unidades por brasileiro em 2025, um aumento de 6,7% em relação a 2024 e de 33,4% desde 2015, segundo estimativas da ABPA.

A preocupação também demonstra que não é só o preço dos combustíveis que pode au-

mentar o custo de 1,62% no acumulado de 12 meses. O frango inteiro caiu 0,29% em fevereiro; o em pedaços, 0,19%.

A produção de ovos cresceu 7,9% no último ano, de 57,7 bilhões de unidades em 2024 para 62,2 bilhões em 2025. “O mercado apresenta um cenário de oferta equilibrada em relação ao visto no ano passado, com crescimento dentro do esperado”, afirma a ABPA em nota.

O que antes era inimigo das dietas se tornou o fiel escudeiro de marombeiros e adeptos ao estilo de vida fitness. O ovo de galinha voltou a ganhar fama como uma fonte de proteína prática e barata, especialmente na era das canetas emagrecedoras.

“Toda essa turba da musculação, do atletismo, come muito ovo, principalmente depois que saiu aquele mito de que não podia comer muito”, diz Elisio Figueiredo, pesquisador na área de suínos e aves da Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária).

Ele também cita a Quaresma como fator para o aumento da demanda. “Além do consumo de ovos direto, para substituir a carne, também se faz mais produtos à base de ovos, como

massas, bolos, guloseimas, sobremesas”, diz.

O pesquisador aponta para avanços na agricultura industrial que ajudaram a cobrir essa demanda. Isso porque o processo biológico que leva as galinhas a produzirem ovos é desencadeado pela luminosidade e o período da Quaresma, justamente com maior demanda, coincide com o período de dezembro a junho em que os dias ficam cada vez mais curtos até chegar o solstício de inverno.

“Antigamente, a produção de ovos na Quaresma diminuía, porque as linhagens das galinhas eram menos selecionadas. Hoje, não controlamos a luminosidade para que ela não se torne crescente nem decescente. Então isso não acontece mais na indústria”, afirma. Os efeitos biológicos são sentidos em galinhas criadas soltas, diz ele.

Questionado sobre os efeitos da gripe aviária na desaceleração dos preços, Figueiredo diz que não houve efeitos expressivos o suficiente para isso. “Teve alguma consequência na exportação, mas logo foi reaberto e o assunto estava resolvido”, afirma. (Folhapress)

Aguassanta Participações S.A.
CNPJ/MF nº 07.198.897/0001-59 - NIRE 35.300.320.484

Aviso aos Acionistas
 ontram-se à disposição dos Senhores Acionistas, na sede social da Aguassanta Participações S.A., localizada Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 4.100, 16º andar, Sala 08, Itaim Bibi, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 04538-132, os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei nº 6.404/76 (Lei das S.A.), tivos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. São Paulo (SP), 26 de março de 2026.

Rubens Ametio Silveira Mello - Diretor ou Presidente.

Vertiz Holding S.A.
CNPJ/MF nº 62.330.590/0001-78 - NIRE 35.300.679.695
Aviso aos Acionistas
Contram-se à disposição dos Senhores Acionistas, na sede social da Vertiz Holding S.A., localizada na Avenida
Pedreira Faria Lima, nº 4.100, 16º andar, São Paulo, SP, Itaim Bibi, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo,
04538-132, os documentos de que trata o artigo 133, inciso I, da Lei das S.A.s (Lei das S.A.), relativos ao
relatório social encerrado em 31 de dezembro de 2025. São Paulo (SP), 26 de março de 2026.
Rubens Ometto Silveira Mello - Diretor Presidente

O Ativo de Registro de Imóveis da Capital, com fundação no ato 216-A-83, nº 193, da Lei nº 6.015/73, faz saber que foi prenotado, sob o nº 669.256, o procedimento de usucapião extrajudicial, na modalidade extraordinária, requerido por Helder Fernandes Guimarães, brasileiro, solteiro, portador do RG nº 18.734.841, CPF nº 000.000.000-00, transcrita sob o nº 673, deste RI, e de Raul Luis Zémaria Fleming, nº 11, Apartamento 29, Pirêntula, São Paulo/SP, com o objetivo de ter o reconhecimento do domínio sobre o imóvel com área de 198,00m², situado em Rua Maria Zelina, nº 37, Figueira, "31 Subdistrito - Pirêntula, nesta Capital, contribuinte nº 13.920.000, transcrita sob o nº 673, deste RI.

Sendo os interessados, além dos requerentes, CARLOS VISCINTI FARABOTTI, César Visconti, Rosa Visconti Farabotti, César Visconti, Paschoal Visconti, Laura Cardoso Visconti, Rafael Visconti e Marco Visconti Júnior. Os requerentes alegam exercer posse direta e ininterrupta e exclusiva do imóvel há mais de 15 anos, tendo observado todos os requisitos legais para a usucapição. O imóvel confronta-se pelo lado posterior com o imóvel nº 45 da Rua Maria Zelina, transcrito sob nº 673, deste RI, de propriedade de Acheroperta Visconti, Rosa Visconti Farabotti, César Visconti, Paschoal Visconti, Rafael Visconti e Marco Visconti Júnior, e pelo lado esquerdo com o imóvel nº 27 da Rua Maria Zelina matriculado sob nº 33.271, deste RI, de propriedade de Celso Tomcioni Junior e Eneide Alonso Rodrigues Tomcioni, e pelos fundos com os imóveis nº 48 da Rua Luis Carlos de Almeida, sob o nº 33.271, deste RI, de propriedade de Celso Tomcioni Junior e Eneide Alonso Rodrigues Tomcioni, e pelo imóvel nº 56 da Rua Luis Simões, transcrito sob o nº 673, deste RI, de propriedade de Acheroperta Visconti, Rosa Visconti Farabotti, César Visconti, Paschoal Visconti, Rafael Visconti e Marco Visconti Júnior, e pelo lado direito com o imóvel nº 27 da Rua Maria Zelina matriculado sob nº 33.271, deste RI, de propriedade de Celso Tomcioni Junior e Eneide Alonso Rodrigues Tomcioni.

O presente edital tem por finalidade DAR CIÊNCIA A ACHEROPERTA VISCONTI, ROSA VISCONTI FARABOTTI, CÉSAR VISCONTI, PASCHOAL VISCONTI, LAURA CARDOSO VISCONTI, RAFAEL VISCONTI, MARCO VISCONTI JÚNIOR, CELSO TOMCIONI JUNIOR E ENEIDE ALONSO RODRIGUES TOMCIONI, para que compareçam ao Juízo competente, sob pena de não serem ouvidos, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da publicação deste edital, apresentem impugnação fundamentada, caso não concordem com o reconhecimento da usucapição. As medidas necessárias para a averiguação das condições de validade da usucapição serão tomadas pelo Cartório de Registro de Imóveis desta Capital, sob o nº 1.593, Jardim Pádua, não havendo manifestação, durante o prazo estipulado, presumir-se-ão os verdadeiros os fatos alegados pelos requerentes, e a usucapição extrajudicial poderá ser concluída com o competente registro, nos termos da Lei.

CIBRAMACO PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ: 09.402.042/0004-04. HUGOBONFÉ 25.300.333-303

ATA de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de setembro de 2025

perme Prates, nº 382, Sala 01, Bairro Santa Catarina, CEP 13510-204, Santa Gertrudes, SP. 2. **VOCACÃO:** Sanada a falta de publicação, nos termos do art. 124, § 4º da Lei nº 6.404/76. 3. **PRESENCIA/**

[illegible]

DOI: 10.1002/for

 O JORNAL CERTIFICA AS PUBLICAÇÕES LEGAIS
COM PONTUALIDADE E TRANSPARÊNCIA,
CUMPRINDO AS NORMAS JURÍDICAS.
AFINAL, O JORNAL É LEGAL.

nnec@jornalodiasp.com.br

spec@journalofnlp.com.br

Rue Carlos Camarillo 363

Rua Carlos Comenale, 263

3º andar - Bela Vista

CEP: 01332-030

SEP 1 0100Z 000

www.jornalodiasp.com.br



CNP CONSÓRCIO S.A. ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS

CNPJ: 05.349.595/0001-09

Relatório da Administração - Exercício de 2025

Senhores Acionistas,

Temos a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da CNP Consórcio S.A. Administradora de Consórcios ("Administradora" ou "Companhia"), relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas em conformidade com as disposições legais e estatutárias, acompanhadas do relatório dos administradores independentes.

No exercício de 2025, a Administradora alcançou resultados de prestação de serviços de R\$ 311,4 milhões, representando um crescimento de 14,2% (R\$ 38,8 milhões) em comparação ao mesmo período do ano anterior.

Esse desempenho reflete o empenho consistente da Companhia em manter sua trajetória de expansão, mesmo diante do impacto do encolhimento das atividades comerciais com a Caixa Econômica Federal, ocorrido em 2021, que resultou em uma redução de receita de R\$ 25,8 milhões no faturamento da carteira oriunda dessa parceria em dezembro de 2025 comparado ao mesmo período do ano anterior.

É importante destacar que esse efeito foi mais do que compensado pelo sólido crescimento das operações com distribuição ativa, que registraram expressivo aumento de 34% (R\$ 62,5 milhões), evidenciando a capacidade de adaptação e eficiência da estratégia comercial da Companhia.

A atividade comercial da Companhia, alcançada em seu modelo de multiparcerias e no canal broker, manteve trajetória consistente de expansão. No exercício de 2025, esses canais resultaram em um volume expressivo de R\$ 5,5 bilhões em novos créditos alocados, refletindo a força da estratégia de diversificação e distribuição.

No mesmo período, a Companhia registrou lucro líquido de R\$ 112,3 milhões e alcançou patrimônio líquido de R\$ 390,5 milhões, evidenciando a solidez financeira e a consistência na execução de sua estratégia.

Sob a perspectiva operacional, a Companhia manteve seu compromisso com a entrega de valor aos clientes, concretizado na disponibilização de 11.863 bens ao longo do exercício, reforçando sua relevância como parceira de confiança para a realização de projetos e conquistas pessoais.

Negócios sociais e principais impactos internos e externos na Companhia

Em 21 de outubro de 2025, a Companhia anunciou a celebração de parceria estratégica com CNP Consórcios e Embracem Administradora de Consórcios S.A., envolvendo a integração de operações e estruturas de trabalho relacionadas à atividade de consórcios.

O referido ato de concentração foi submetido às autoridades competentes, tendo sido aprovado pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, conforme decisão divulgada em 22 de dezembro de 2025.

A conclusão da operação permanece condicionada ao cumprimento das demais condições precedentes, destacando-se, entre elas, a aprovação do Banco Central do Brasil (BACEN), ainda dependente na data da autorização para emissão destas demonstrações financeiras.

A Companhia observou as disposições do art. 202 da Lei das Sociedades por Ações, atendendo às previsões estatutárias relativas ao dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido.

Política de equidade - Lei 15.177/2025

Com base na Política de Diversidade, Equidade e Inclusão da Companhia e em conformidade com o § 6º do art. 133 da Lei nº 6.404/1976, a Companhia reafirma seu compromisso com a promoção de um ambiente corporativo inclusivo e equitativo. A política estabelece diretrizes claras para o acolhimento da diversidade, igualdade de oportunidades e desenvolvimento de lideranças inclusivas. A Companhia adota práticas estruturadas de recrutamento, capacitação e comunicação que valorizam grupos minorizados, com foco especial na representatividade de mulheres, pessoas pretas e pardas, LGBTQIA+ e pessoas com deficiência em todos os níveis hierárquicos.

Em atendimento à exigência legal, este relatório apresenta os indicadores de diversidade e equidade da Companhia, incluindo: (i) a quantidade e proporção de mulheres contratadas, segmentadas por níveis hierárquicos; (ii) a quantidade e proporção de mulheres em cargos de administração; (iii) demonstrativo em percentual da remuneração fixa, variável e eventual, segregado por sexo e função (ou grupos de funções similares); e (iv) a evolução comparativa desses indicadores entre o exercício findo e o imediatamente anterior. Esses dados refletem o compromisso da Companhia com a transparência e com a construção de uma cultura organizacional que valoriza a equidade de gênero e a inclusão como pilares estratégicos de sua atuação empresarial.

Os dados reportados consideram todas as empresas do Grupo CNP Seguradoras, considerando as práticas que colaboradoras com atuação Cross em todas as empresas: CNP Capitalização, CNP Consórcio, Odonto Empresas e Previsão) tem vínculo com a empresa Previsão, se reportamos de forma separada não teremos amostragem de dados nas demais empresas. Reforçamos que a política de diversidade é a mesma para todas as empresas do grupo.

1. Quantidade e proporção de mulheres contratadas por nível:			
Nível	Quantidade Total de Contratadas	Quantidade de Mulheres	% Contratação Mulheres a Total Contratadas
Diretores	0	0	0%
Superintendentes	3	2	67%
Gestores/Especialistas II	3	2	67%
Coordenadores/Especialistas I	30	8	27%
Demais Cargos	60	41	68%

2. Quantidade e proporção de mulheres em cargos de administração:			
Nível	Quantidade Total	Quantidade de Mulheres	% de Mulheres
Conselho de Administração	4	3	75%
Diretores	0	0	0%

3. Demonstrativo de remuneração fixa, variável e eventual, segregado por sexo e função:			
Nível	% Remuneração Mulheres x Homens		
Diretores	80%		
Superintendentes	98%		
Gestores/Especialistas II	98%		
Coordenadores/Especialistas I	92%		
Demais Cargos	92%		

(*) quadro representa a média salarial das mulheres vs a média salarial dos homens por cargo

Honorários de Auditoria externa

A divulgação dos honorários de auditoria externa é publicada anualmente nas informações financeiras do controlador final, CNP Assurances, na França.

Considerações finais e agradecimentos

A Companhia agradece o apoio e a confiança dos acionistas e conselheiros. Agradece também o apoio das redes BACEN e CAIXA, ao profissionalismo dos parceiros que distribuem os produtos da Companhia e, em particular, aos nossos clientes, objetivo principal do nosso trabalho. Por fim, a Companhia registra seu reconhecimento e agradecimento a todos os colaboradores, cujo empenho, dedicação e comprometimento foram determinantes para a conquista dos resultados apresentados neste exercício.

Barueri (SP), 23 de março de 2026.

Balancos Patrimoniais (Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	31/12/2025
Ativo circulante		291.903
Disponibilidades		159
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	6	178.108
Títulos e valores mobiliários		175.109
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	6	36.055
Títulos e valores mobiliários		35.056
Créditos tributários	7.2.1	47.730
Outros créditos	7	20.314
Rendas a receber	7.1	28.787
Dívidas	7.2	12.156
Provisão para perdas incorridas associadas ao risco de crédito	7.1	12.538
Outros valores e bens	8	15.536
Despesas antecipadas	8	15.536
Ativo realizável a longo prazo	6	403.255
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	6	243.246
Títulos e valores mobiliários		243.246
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	6	66.916
Títulos e valores mobiliários		66.916
Depósitos judiciais civis e trabalhistas	11.4	14.620
Créditos tributários	7.2.1	159.822
Outros valores e bens	8	149.681
Despesas antecipadas	8	149.681
Permanente	8	141.419
Imobilizado de uso	9	560
Outras imobilizações de uso		929
Depreciações acumuladas		(369)
Intangível	10	140.859
Ativos Intangíveis		159.561
Depreciações acumuladas		(18.702)
TOTAL DO ATIVO		842.587

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	31/12/2025
Passivo circulante		181.358
Outras obrigações		53.167
Sociais e estatutárias	11.1	11.1
Fiscais e previdenciárias	11.2	5.780
Diversas	11.3	122.399
Passivo exigível a longo prazo		270.731
Outras obrigações		270.731
Diversas	11.3	270.731
Patrimônio líquido		390.500
Capital	12.1	136.508
De donos da companhia		68.457
De donos da companhia exterior		70.543
Reservas de lucros	12.2	252.494
Outros resultados abrangentes		(994)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido (Em milhares de reais)

Descrição	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2025	139.000	2.031	166.015	(3.615)	363.213	363.213
Lucro líquido do semestre	-	-	-	2.821	112.305	112.305
Títulos e valores mobiliários - TVM	-	-	-	2.821	-	2.821
Proposta de destinação do lucro líquido:	-	-	-	-	-	-
Reserva legal - (Nota 12.2)	-	5.615	-	-	(5.615)	-
Dividendos propostos - (Nota 12.3)	-	-	-	-	(19.957)	(19.957)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(7.900)	(7.900)
Reserva de retenção de lucros	-	-	78.833	-	78.833	78.833
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	139.000	7.646	244.848	(994)	390.500	390.500
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2025	139.000	2.953	179.155	(1.994)	319.114	319.114
Lucro líquido do semestre	-	-	-	1.000	93.863	93.863
Títulos e valores mobiliários - TVM	-	-	-	1.000	-	1.000
Proposta de destinação do lucro líquido:	-	-	-	-	-	-
Reserva legal - (Nota 12.2)	-	4.693	-	-	(4.693)	-
Dividendos propostos - (Nota 12.3)	-	-	-	-	(15.577)	(15.577)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(7.900)	(7.900)
Reserva de retenção de lucros	-	-	65.693	-	65.693	65.693
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	139.000	7.646	244.848	(994)	390.500	390.500

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração Consolidada de Recursos de Consórcios (Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	31/12/2025
Circulante		4.842.454
Disponibilidades		227
Depósitos bancários		227
Aplicações interfinanceiras de liquidez	24	2.097.371
Disponibilidade do grupo		140.340
Aplicações financeiras vinculadas à contemplação - SELIC	24	1.955.397
Recursos de grupos em formação	24	1.634
Outros créditos	24	2.744.856
Direitos junto a consorciados contemplados - normal		2.692.466
Direitos junto a consorciados contemplados - em atraso		52.390
Compensação		18.359.913
Previsão mensal receitas a receber de consorciados		78.115
Contribuições devidas ao grupo		9.892.597
Valor dos bens ou serviços a contemplar		8.388.801
TOTAL GERAL DO ATIVO		23.202.367
PASSIVO		4.842.454
Circulante		1.542.316
Obrigações com consorciados		63.663
Obrigações por contemplações a entregar		1.555.397
Obrigações com a administradora		323.001
Obrigações a devolver a consorciados		347.120
Recursos do grupo		347.120
Compensação		18.359.913
Recursos mensais a receber de consorciados		78.115
Obrigações do grupo por contribuições		9.892.597
Bens ou serviços a contemplar		8.388.801
TOTAL GERAL DO PASSIVO		23.202.367

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração Consolidada das Variações das Disponibilidades de Grupos (Em milhares de reais)

	2º semestre de 2025	31/12/2025
Disponibilidades no início do semestre/exercício	2.325.647	2.362.729
Depósitos bancários	371	310
Aplicações financeiras - grupos	182.694	153.230
Aplicações financeiras - vinculadas a contemplações	2.143.809	2.209.181
(+) Recursos coletados	1.141.085	2.264.596
Contribuições para aquisição de bem	774.400	1.565.755
Taxa de administração	181.769	342.246
Contribuições ao fundo de reserva	38.861	76.253
Rendimentos de aplicações financeiras	119.837	233.992
Multas e juros moratórios	329	8.301
Prêmios de seguros	7.275	14.413
Juros judiciais	3	8
Outros	15.045	23.628
(-) Recursos utilizados	1.362.044	2.529.722
Aquisição de bens	936.570	1.767.987
Taxa de administração	183.262	344.682
Multas e juros moratórios	1.944	4.122
Prêmios de seguros	7.240	14.424
Juros judiciais	3	8
Devolução a consorciados desligados	47.431	107.038
Outros	291.468	291.468
Disponibilidades no final do semestre/exercício	2.097.598	2.097.598
Depósitos bancários	227	227
Aplicações financeiras - grupos	141.974	141.974
Aplicações financeiras - vinculadas a contemplações	1.955.397	1.955.397

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A CNP Consórcio S.A. Administradora de Consórcios, doravante referida também como "Companhia" ou "Administradora", iniciou suas atividades em 16 de outubro de 2002, cadastrada no CNPJ sob o nº 05.349.595/0001-09, está sediada na Avenida Tamboré, nº 267, Torre Norte, 14º andar, unidade 141-A, Barueri - SP - CEP 06460-000, e é controlada pela CNP Assurances S.A.

A Companhia tem por objeto social a administração de grupos de consórcios, prestação de serviços a terceiros mediante a venda e colocação de cotas de outras administradoras de consórcios, a administração de grupos de outras administradoras de consórcios e a realização de serviços de cadastro, pesquisas e consultoria a outras administradoras de consórcios.

1.1. Estrutura societária do Grupo CNP

A estrutura atual do Grupo CNP é apresentada no organograma a seguir:

posterior, as contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade.

Em conformidade com a Resolução BCB nº 352/23 artigo nº 102, que versa sobre as disposições transitoriais aplicáveis às Administradoras de Consórcio, a Companhia está dispensada de apresentação comparativa nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2020 relativamente aos períodos anteriores.

As mudanças nas políticas contábeis resultantes da adoção da Resolução BCB nº 352/23 foram aplicadas prospectivamente na data de sua adoção inicial e seus impactos são apresentados na nota nº 3.12.

No requerido pelo BACEN, são apresentadas as demonstrações consolidadas dos recursos de consórcios e das variações nas disponibilidades dos grupos.

A Administração considera que a Companhia possui recursos para a premisa da continuidade operacional e não tem conhecimento de incertezas relevantes que demandem o reconhecimento significativo sobre a capacidade de continuar operando, sendo as demonstrações financeiras preparadas com base no princípio da continuidade.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 23 de março de 2026.

2.1. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Reforma Tributária: A Lei Complementar nº 241/2025, de 16 de janeiro de 2025, institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CSBS) e o Imposto Seletivo (IS); cria o Comitê Gestor do IBS e altera a legislação tributária, com vigência escalonada a partir de 2026. A Companhia aguarda o regime específico aplicável aos negócios (DEBE) e a alíquotas aplicáveis, prevista na Lei Complementar nº 227/2025, iniciará em 10,85% em 2027 até 12,5% em 2033.

Com o objetivo de se preparar para os impactos da Reforma Tributária, a Administração instituiu, em 2025, o Projeto de Reforma Tributária, estruturado de forma transversal, envolvendo as áreas fiscal, contábil, jurídica, tecnologia da informação e operações, contando com o apoio de consultoria especializada.

No projeto a Companhia tem realizado o diagnóstico dos impactos e demandas tributárias, operacionais, sistêmicas e contábeis, além dos preparativos requeridos para atendimento às obrigações acessórias previstas, dentre elas a Declaração dos Regimes Especiais (DERE) e a emissão das Notas Fiscais no padrão nacional.

Até 31 de dezembro de 2025, a Companhia encontra-se na fase inicial de estudos e diagnóstico, não tendo sido identificados, até o momento, impactos mensuráveis que demandem o reconhecimento de provisões, ajustes ou divulgações adicionais nas demonstrações financeiras.

CPC 51 - Apresentação e Divulgação em Demonstrações Contábeis: Estabelece um novo modelo de apresentação e divulgação das demonstrações financeiras, substituindo partes relevantes do CPC 26 (R1), com vigência obrigatória para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024. A Companhia está avaliando os potenciais impactos decorrentes de sua implementação. O normativo ainda não foi referendado pela BACEN.

3. Principais práticas contábeis da administradora

3.1. Disponibilidades

A Companhia considera como disponibilidades e equivalentes de caixa os saldos de depósitos bancários sem vencimento, até o momento, impactos mensuráveis que demandem o reconhecimento a partir da data de contratação, utilizados para atender obrigações de curto prazo, sem risco significativo de perda.

3.2. Ativos e passivos financeiros

Os ativos são demonstrados pelos valores de fair value, incluindo os rendimentos auferidos e o preço de mercado para o mesmo ativo. Os passivos são demonstrados pelo valor de fair value baseado nos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos.

A Companhia classifica e mensura os ativos financeiros em três categorias mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR), mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJRA) e mensurados ao custo amortizado.

3.3. Classificação e reconhecimento

Conforme Resolução BCB nº 352/23 a classificação dos ativos financeiros é baseada no modelo de negócios da Companhia e nas características de fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro, no qual o ativo financeiro é gerado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. A Companhia realiza o teste nos ativos para garantir que consistem exclusivamente em pagamentos de principal e juros (SPPI - Solely Payment of Principal and Interest) e desaviam-se seus modelos de negócios para o gerenciamento de seus instrumentos financeiros, o qual direciona as estratégias e operações executadas pela Gerência de Investimentos.

A Companhia revisa a classificação dos seus ativos financeiros de acordo com o modelo de negócios e a possibilidade de reclassificação.

Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado: No valor justo por meio do resultado, os ativos financeiros são registrados ao valor justo com contrapartida no resultado.

O ativo é mantido nesse modelo de negócios quando:

I) a finalidade é negociar e;

II) o fluxo de caixa contratual não se enquadra no teste de SPPI.

Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes: O ativo é mantido nesse modelo de negócios quando: a finalidade é receber os fluxos de caixa contratuais e com a possibilidade negativa e obrigatoriamente respeitar o teste de SPPI.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado: São avaliados pelo valor de custo com utilização do método de juros efetivos, ou seja, calculando o custo amortizado de um ativo ou passivo financeiro e inserindo o resultado dos juros pela aplicação da taxa efetiva de juros, atualizando o valor de compra do ativo pela taxa de juros negociados na época até seu vencimento. O ativo é mantido nesse modelo de negócios quando: a finalidade é receber os fluxos de caixa contratuais e não o vender; e obrigatoriamente respeitar o teste de SPPI - Solely Payment of Principal and Interest.

Conforme BCB 352/23 o parágrafo 1º do artigo 1º, a mensuração das aplicações financeiras dos grupos de consórcios deve ser no modelo de negócios mensurados pelo valor justo.

3.4. Perdas esperadas de instrumentos financeiros

A Resolução BCB nº 352/23 destaca o conceito de perda esperada prospectiva, considerando não apenas as perdas incorridas, mas também as esperadas ao longo da vida do instrumento financeiro. A norma exige que seja estimado um modelo de perda de crédito esperada para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e instrumentos de dívida mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJRA). A perda de crédito esperada é a perda esperada que varia de acordo com o tipo de ativo financeiro; abordagem geral e simplificada.

A Companhia adota a metodologia mais aplicada no mercado para a provisão de perda de crédito esperada (ECL - Expected Credit Losses) para os ativos financeiros da Companhia, o qual considera perdas estimadas em função de eventos de crédito do passado, do presente e do futuro.

A perda esperada (ECL) de qualquer transação é definida como: ECL = EAD * PD * LGD.

Para LGD:

• A Companhia utiliza a abordagem com base em fundamentos para o IFRS 9;

• LGD é medida como a fração de perdas em relação a uma exposição à inadimplência (EAD), podendo ocorrer usualmente três tipos de perdas, da principal, das perdas de juros não recebidas, despesas relativas à cobrança e penalidades;

CNP CONSÓRCIO S.A. ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS
CNPJ: 05.349.595/0001-09

★continuação

Aos Administradores e Acionistas da
CNP Consórcio S.A. Administradora de Consórcios
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da CNP Consórcio S.A. Administradora de Consórcios ("Administradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, as demonstrações consolidadas dos recursos de consórcios em 31 de dezembro de 2025 e das variações consolidadas nas disponibilidades dos grupos de consórcios para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras da CNP Consórcio S.A. Administradora de Consórcios ("Administradora"), em 31 de dezembro de 2025, foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Administradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditores de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - demonstrações financeiras comparativas

Chamamos a atenção para a Nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa da apresentação, nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução BCB nº 352 do Banco Central do Brasil (BCB). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Administradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Nós temos na data a relatar a este respeito.

Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Administradora continuar operando,

divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Administradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Administradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é de um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Administradora.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base em evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Administradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Administradora a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossas trabalhos.

São Paulo, 23 de março de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-0144285-0Carolina Maciel Messias dos Santos
Contadora - CRC SP-246031/O-8Com a Claro,
você se
conecta +
com o que ama.

Eu e o novo

TELMEX DO BRASIL S.A.

CNPJ: 02.667.694/0001-40

Claro

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas: Atendendo às disposições legais, a Administração submete à apreciação dos Senhores Acionistas as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas resumidas da Telmex do Brasil S.A., referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024. Permanecemos ao inteiro dispor de V. Sas. para qualquer esclarecimento que eventualmente possa ser necessário.

Aviso: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da Companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável.

BALANÇO PATRIMONIAL em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	Controladora		Consolidado
	2025	2024		2025	2024	
Ativo						
Circulante	397.316	466.360	682.966	486.466	257.840	822.836
Não circulante	7.854.464	4.718.841	8.411.729	63.782	58.130	570.327
Total do ativo	8.251.780	5.185.201	9.094.695	550.248	315.970	1.393.163
				701.532	4.693.211	7.701.532
				8.251.780	5.185.201	9.094.695

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	Reserva de lucros		Dividendo adicional	Lucros	Outros resultados	Patrimônio
	Capital	Reserva				
	social	legal	de lucros	acumulados	abrangentes	líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.670.708	42.425	718.203	-	(245)	2.431.091
Aumento de capital	2.926.048	-	(718.203)	-	-	2.207.845
Lucro líquido do exercício	-	-	-	232.505	-	232.505
Constituição de reserva legal	-	11.625	-	(11.625)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(2.209)	-	(2.209)
Dividendos adicional proposto	-	-	-	(218.669)	-	(218.669)
Atualização do passivo atual	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	4.596.756	54.050	-	-	(244)	4.649.512
Aumento de capital	2.769.789	-	-	-	-	2.769.789
Lucro líquido do exercício	-	-	-	283.877	-	283.877
Constituição de reserva legal	-	14.194	-	(14.194)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(2.697)	-	(2.697)
Constituição de reserva de lucros	-	-	-	(265.886)	-	(265.886)
Dividendos adicional proposto	-	-	-	(218.669)	-	(218.669)
Atualização do passivo atual	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	7.366.545	68.244	266.986	-	(243)	7.701.532
		335.230				

DIRETORIA		CONTADOR	
José Antônio Guaraldi Félix Diretor	Roberto Catalão Cardoso Diretor	Ricardo Basso Galvão CRC-PR-040201/O-0-S-SP	

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas em conformidade com as Normas Contábeis Internacionais ("IFRS Accounting Standards") emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP"). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas em sua íntegra, acompanhadas do relatório do auditor independente, estão disponíveis no site: <https://www.jornalodiasp.com.br/leioes-publicidade-legal/>.

CEO do Grupo Fictor é alvo da PF por fraudes contra a Caixa Econômica Federal

O sócio-fundador e CEO [Chief Executive Officer] do Grupo Fictor, Rafael de Gois, é um dos alvos da Operação Fallax, da Polícia Federal (PF), deflagrada na manhã da quarta-feira (25).

De acordo com a PF, o grupo criminoso do qual o diretor executivo faria parte é especializada em fraudes bancárias contra a Caixa Econômica Federal (Caixa), além de praticar estelionato e lavagem de dinheiro.

As fraudes investigadas podem alcançar valores superiores a R\$ 500 milhões, segundo a PF. Em nota à imprensa, o Grupo Fictor informou que logo que os advogados de defesa tiveram acesso ao conteúdo da investigação prestará as informações necessárias às autoridades competentes, com o objetivo de esclarecer os fatos.

"Foi realizada na quarta-feira 25, diligência de busca e apreensão na residência de Rafael Gois, CEO da Fictor, no âmbito de investigação conduzida pela Polícia Federal. Apenas o seu celular foi apreendido", diz a nota.

O nome da holding de investimentos brasileira também aparece no caso do Banco Master. Em novembro de 2024, o passado, a Fictor Holding Financeira anunciou a compra do Master, um dia antes do dono do banco Daniel Voroaro ser detido pela PF no Aeroporto de Guarulhos, em São Paulo.

O Banco Master está liquidado extrajudicialmente pelo Banco Central.

A Operação Fallax cumpre 43 mandados de busca e apreensão e 21 de prisão preventiva, expedidos pela Justiça Federal de São Paulo, em cidades

dos estados de São Paulo, do Rio de Janeiro e da Bahia.

Foram ainda autorizadas medidas cautelares para o rastreamento de ativos financeiros, incluindo a quebra de sigilo bancário e fiscal de 33 pessoas físicas e 172 pessoas jurídicas.

A Justiça também determinou o bloqueio e o sequestro de bens imóveis, de veículos, de contas e de ativos financeiros dos suspeitos até o limite de R\$ 47 milhões. O objetivo é descapitalizar a organização criminoso.

A PF revela que a investigação teve início em 2024, quando foram identificados indícios de um esquema estruturado voltado à obtenção de vantagens ilícitas.

O grupo criminoso atuava por meio da cooptação de funcionários de instituições financeiras para inserir dados falsos nos sistemas bancários, o que permitia saques e transferências ilegais que pareciam legítimas para o sistema.

O grupo também usava empresas de fachada e outras estruturas empresariais para circular o dinheiro.

Posteriormente, os valores roubados eram convertidos em bens de luxo e em criptoativos, com o intuito de dificultar o rastreamento da origem ilegal.

A operação contou com o apoio da Polícia Militar do Estado de São Paulo.

Os investigados pela PF poderão responder pelos crimes de organização criminoso, de estelionato qualificado, de lavagem de dinheiro, de gestão fraudulenta, de corrupção ativa e passiva e crimes contra o sistema financeiro nacional, cujas penas, somadas, podem ultrapassar 50 anos de reclusão. (Agência Brasil)

A equipe econômica projeta arrecadar R\$ 4,4 bilhões adicionais em 2026 com o aumento da tributação sobre fintechs, casas de apostas e juros sobre capital próprio (JCP). A estimativa foi apresentada pela Receita Federal no primeiro Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas do ano.

O documento, que orienta a execução do Orçamento federal, foi enviado na terça-feira (24) ao Congresso Nacional. Essas taxações foram aprovadas pelo parlamento em dezembro de 2025 e fazem parte do esforço da equipe econômica para diminuir o desequilíbrio nas contas públicas em 2026.

Novas alíquotas

A legislação elevou a tributação sobre diferentes setores. No caso das apostas online (bets), a alíquota subiu de 12% para 15%. Já os juros sobre capital próprio passaram a ter incidência de 17,5% de Imposto de Renda, contra 15% cobrados anteriormente.

Para fintechs e instituições financeiras, a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) terá aumento progressivo, chegando a 20% a partir de 2028, dependendo do tipo de instituição.

Impacto direto

No relatório, a Receita detalhou de onde virá o reforço de arrecadação previsto para 2026:

R\$ 3,1 bilhões: Imposto de Renda sobre JCP
R\$ 1,1 bilhão: CSLL de fintechs e instituições financeiras
R\$ 260 milhões: taxa de bets

Governo prevê arrecadar R\$ 4,4 bilhões com taxa de fintechs, bets e JCP



Ao todo, o impacto combinado das medidas tributárias deve alcançar R\$ 4,4 bilhões.

Benefícios cortados

Além do aumento de tributos, o governo também promoveu um corte de cerca de 10% em benefícios fiscais. A redução atinge incentivos ligados a tributos como Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins).

Segundo o relatório, a Receita Federal estima que o corte de benefícios aumente a arrecadação federal em R\$ 16,5 bilhões neste ano.

Somadas, as ações tributárias - tributação de bets, fintechs e de JCP; e redução de benefícios fiscais - devem produzir um efeito total de R\$ 20,9 bilhões em 2026.

Contas públicas

Mesmo com o reforço de receitas, o governo projeta um

superávit primário de R\$ 3,5 bilhões em 2026, sem considerar os precatórios e os gastos fora do arcabouço fiscal. O valor está abaixo do centro da meta fiscal, fixado em superávit de R\$ 34,3 bilhões, equivalente a 0,25% do Produto Interno Bruto (PIB).

Ao considerar os precatórios (dívidas do governo com sentença judicial definitiva) e alguns gastos com defesa, saúde e educação excluídos do arcabouço fiscal, as projeções para as contas públicas mudam. Em vez de superávit, a estimativa é de déficit primário de R\$ 59,8 bilhões.

O resultado primário representa a diferença entre receitas e despesas nas contas do governo sem os juros da dívida pública.

Bloqueio
Para cumprir os limites de gastos do arcabouço fiscal, a equipe econômica bloqueou R\$

1,6 bilhão em despesas discricionárias (não-obrigatórias). Esse bloqueio não está relacionado ao resultado primário porque, de acordo com o relatório, o governo projeta superávit de R\$ 3,5 bilhões.

O bloqueio foi necessário após aumento nas despesas obrigatórias, impulsionado principalmente por:

R\$ 1,6 bilhão: Previdência Social;
R\$ 1,9 bilhão: Benefício de Prestação Continuada (BPC);
R\$ 1,4 bilhão: Programa Nacional de Alimentação Escolar.

As despesas primárias sujeitas ao limite do arcabouço chegaram a R\$ 2,394 trilhões no primeiro bimestre, acima do teto de R\$ 2,392 trilhões.

Cenário econômico
O relatório também atualizou as projeções macroeconômicas:

PIB: crescimento de 2,33% em 2026, contra previsão de 2,44% divulgada no Orçamento; Inflação oficial pelo IPCA: 3,74%, contra estimativa anterior de 3,6%.
O governo também revisou receitas com royalties de petróleo para cima em R\$ 16,7 bilhões, enquanto reduziu a previsão de arrecadação administrada pela Receita Federal em R\$ 8,6 bilhões.

O detalhamento completo do bloqueio de R\$ 1,6 bilhão, por órgãos, será divulgado em decreto previsto para o fim de março. (Agência Brasil)

Lula batiza primeiro caça Gripen produzido no Brasil

Minas e usinas de carvão podem causar 1,3 mortes até 2040, diz estudo



Um estudo divulgado na quarta-feira (25) aponta que as atividades no complexo carbonífero de Candiota, no Rio Grande do Sul, podem provocar até 1,3 mil mortes e gerar prejuízos de R\$ 11,7 bilhões em saúde até 2040. Os efeitos podem se estender para outras regiões do país e chegar à Argentina, Paraguai e Uruguai.

O estudo é de autoria do Centre for Research on Energy and Clean Air (CREA) em parceria com o Instituto Internacional Arayara. Para chegar ao cálculo de mortes, os pesquisadores levam em conta as 430 que já teriam ocorrido entre 2017 e 2025, e as 870 previstas entre 2026 e 2040.

“O carvão não é um contribuinte significativo para a matriz energética do Brasil, mas seus impactos negativos são desproporcionalmente altos”, disse Vera Tattari, analista do CREA e principal autora do relatório.

Vera Tattari acrescenta que as operações de mineração de carvão em Candiota carregam uma responsabilidade transfronteiriça inaceitavelmente grande pela saúde de milhares de pessoas.

Segundo o estudo, a queima do carvão mineral brasileiro, caracterizado por alto teor de cinzas, libera grandes quantidades de poluentes, como material particulado fino (PM2.5). As emissões também surgem durante a extração do carvão, manuseio e transporte, processos que levam à exposição cumulativa pelas populações do entorno.

As mortes causadas pelo PM2.5 estão relacionadas com o câncer de pulmão, doença pulmonar obstrutiva crônica (DPOC), doença cardíaca isquêmica, acidente vascular cerebral (AVC) e diabetes. Crianças, idosos e pessoas com problemas de saúde pré-existent são mais vulneráveis.

O Rio Grande do Sul detém 53% da produção de carvão do país, e 89% das reservas de carvão. Quatro projetos independentes de carvão operam na região de Candiota: as minas de carvão de Candiota (1,46 MTPA) e Seival Sul (1,6 MTPA), e as usinas termelétricas a carvão Candiota III (350 MW) e Pampa Sul (345 MW).

Impactos à saúde

O estudo mostra que os impactos da poluição atmosférica produzida pelo carvão mineral afetam grávidas e recém-nascidos. A exposição aos poluentes pode levar a resultados adversos no parto.

No acumulado de 2017 a 2040, a estimativa é de que este tipo de poluição cause 460 partos prematuros e 270 nascimentos de bebês com baixo peso, fator de risco para questões de saúde de longo prazo.

O carvão também está associado a piora dos sintomas de asma e, consequentemente, ao aumento das idas aos hospitais. São estimadas 1.730 visitas aos atendimentos de emergência por motivos de asma e 190 novos casos de asma entre crianças.

Além dos efeitos diretos, os dados também mostram uma previsão de 510 milhões de dias de faltas no trabalho por moti-

vos de saúde relacionados ao carvão. Segundo o relatório, as ausências representam perda de produtividade, fluxos de trabalho interrompidos e redução da produção econômica em múltiplos setores.

Pressões por interrupção

A conclusão do estudo é de que a “continuidade da operação de usinas termelétricas a carvão compromete os compromissos do Brasil diante do Acordo de Paris e contradiz seu potencial como um líder global em matéria de energia renovável, dados os vastos recursos hidrelétricos, eólicos e solares.”

O documento defende ainda que a eliminação gradual do carvão poderia ser alcançada com a combinação de políticas de incentivo, investimentos em fontes renováveis, regulações de emissões mais restritas, e medidas de transição justa para trabalhadores e comunidades economicamente dependentes do carvão.

O estudo destaca que a energia de origem fóssil contribui para uma pequena fração da matriz elétrica do Brasil (cerca de 1,6%), mas os impactos ambientais são grandes em termos de poluição atmosférica. Mesmo assim, é subsidiada com dinheiro público, já que a Lei 15.269/2025 garante a contratação de usinas a carvão até 2040.

“O Brasil precisa avançar rumo a uma política de transição energética verdadeiramente justa e sustentável para os territórios de mineração e queima de carvão para fins energéticos, com a inclusão dos trabalhadores, a reparação de passivos e um plano de trabalho para o descomissionamento das usinas termelétricas”, diz Juliana Bueno de Araújo, diretor técnico do Instituto Arayara.

CREA e Arayara listam cinco recomendações para o governo:

Adotar cronograma legal para desativar as usinas termelétricas a carvão antes dos prazos de validade das licenças em vigor;

Encerrar subsídios federais e estaduais, isenções tributárias, pagamentos por capacidade e mecanismos que apoiem a mineração de carvão e a geração de energia a carvão;

Reforçar fiscalização do licenciamento ambiental e dos limites de emissão;

Exigir o uso de Avaliações de Impacto à Saúde (AIS) e análises cumulativas de impacto em todas as renovações de licença, processos judiciais e decisões políticas envolvendo a infraestrutura do carvão;

Promover transição justa para trabalhadores do setor, que incluem apoio à geração de renda e requalificação para que sejam realocados em outros postos de trabalho.

Procurada pela Agência Brasil, a Associação Brasileira do Carbono Sustentável (ABCS), que representa todas as empresas carboníferas do país, disse, em nota, que “todas as emissões de usinas a carvão mineral da região e de todo o Brasil são monitoradas em tempo real, seguindo parâmetros seguros definidos pelas autoridades com base na ciência”. (Agência Brasil)

O primeiro caça F-39E Gripen produzido no Brasil foi apresentado na quarta-feira (25) ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A cerimônia de batismo da aeronave supersônica, produzida pela Embraer e pela empresa sueca Saab, ocorreu no Aeródromo Embraer Unidade Gavião Peixoto, em São Paulo.

De acordo com o Planalto, a produção da aeronave em território nacional representa um marco que insere o Brasil em “um seleto grupo de nações” com capacidade para desenvolver e produzir aeronaves de combate de alta complexidade – algo inédito na América Latina.

Durante a visita, Lula foi apresentado também ao carro-voador eVTOL. Esse protótipo de veículo aéreo 100% elétrico, que decola e pousa verticalmente, foi desenvolvido por uma empresa subsidiária da Embraer, a Eve Air Mobility.

Caça F-39 Gripen

De acordo com a Força Aérea Brasileira (FAB), o desenvolvimento do caça F-39 Gripen no Brasil trará uma série de vantagens para o país.

Ele fortalecerá a soberania aérea, reduzindo a dependência de fornecedores estrangeiros e



Foto: Ricardo Suckel/BR

Apresentação do primeiro Caça F-39E Gripen montado no Brasil

impulsionando a Base Industrial de Defesa (BID), uma vez que o contrato prevê transferência de tecnologia e qualificação de profissionais brasileiros.

Segundo a FAB, muitos empregos serão gerados a partir desse projeto que integra a indústria nacional à cadeia global do setor. O programa já gerou mais de 2 mil empregos diretos e cerca de 10 mil indiretos.

Inovação, tecnologia e defesa

Presente no evento, o vice-presidente Geraldo Alckmin lembrou que o governo federal disponibilizou, por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (Bndes), R\$ 108 bilhões para projetos com

foco em inovação.

“Quem domina tecnologia domina o futuro”, disse Alckmin, que é também ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. “A indústria de defesa é um seguro para a soberania nacional, além de vanguarda do desenvolvimento industrial”, complementou.

O ministro da Defesa, José Múcio, destacou, entre as vantagens de se produzir o caça no Brasil, o acesso às tecnologias de ponta, o que, segundo ele, impacta de forma positiva a indústria nacional.

“Ao investir em defesa, nossa indústria registra um marco de amadurecimento e competência,

permitindo ao Brasil se posicionar como o maior produtor da América Latina. Consolidará também nosso poder dissuasório, ampliando a capacidade de garantir a soberania nacional e a segurança regional”, discursou o ministro.

Novo capítulo da aviação

Para o Comandante da Aeronáutica, o tenente-brigadeiro do Ar Marcelo Damasceno, a entrega da aeronave supersônica – “a mais importante da história da aviação nacional” – representa um marco.

Segundo ele, este batismo cerimonial consolida a transição do planejamento à execução, bem como da expectativa à realidade, disse ao lembrar que, das 36 aeronaves adquiridas, 15 serão produzidas em instalações brasileiras, o que favorecerá uma cadeia produtiva de elevado valor agregado.

“Temos totais condições de produzir mais aeronaves Gripen em território nacional, uma vez que já dispomos de uma base industrial e tecnológica sólida, de capital humano altamente qualificado e, principalmente, da visionária capacidade de empreender e inovar, típica do DNA brasileiro”, acrescentou. (Agência Brasil)

FUP defende transição energética que fortaleça estatais e gere emprego

A Federação Única dos Petroleiros (FUP) defendeu na quarta-feira (25) que a transição energética no país não pode repetir modelos excludentes e precisa ser usada como alavanca para reindustrialização, geração de empregos de qualidade e fortalecimento das empresas estatais.

A posição foi apresentada pelo coordenador-geral da FUP, Deyvid Bacelar, durante o painel “Relações de Trabalho, Digitalização e Transição Justa”, realizado no Rio de Janeiro por Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (Ineep).

Bacelar destacou que a transição energética está em disputa, e o Brasil precisa construir um caminho próprio, com soberania e inclusão social.

Segundo ele, o processo deve estar articulado a uma política industrial de longo prazo, com investimentos em pesquisa, desenvolvimento e inovação e protagonismo das estatais.

“A transição energética no Brasil exige um olhar atento às diferenças tecnológicas e às potencialidades regionais, sob pena de reproduzir desigualdades e comprometer sua eficácia. Em um país de dimensões continentais, não há solução única – as rotas tecnológicas precisam dialogar com as vocações locais”, afirmou o dirigente.

O dirigente sindical defendeu que cabe ao Estado coordenar esse processo, articulando inovação tecnológica com desenvolvimento regional. O objetivo é garantir não apenas a redução de emissões de gases do efeito estufa, mas também gerar emprego de qualidade, renda e soberania, respeitando as realidades de cada território.

AFUP também alertou para a necessidade de qualificação profissional, fortalecimento dos serviços públicos e combate à pobreza energética, além da ampliação da proteção social às comunidades mais impactadas pela crise climática.

O painel reuniu também Adriana Marcolino, do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese); Fabiola Latino Antezano, da Central Única dos Trabalhadores (CUT); e Felipe Pateo, do Insti-



Foto: David Gabriel/Art. Vozes/IDMC

tu de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). A mediação foi do jornalista Lucas Pordeus, da Agência Brasil.

O seminário continuará nesta quinta-feira (26), com especialistas, pesquisadores, representantes do setor público e do movimento sindical, para debater os desafios da transição energética e seus impactos no desenvolvimento do país. (Agência Brasil)

Ministro detalha plano contra fila do INSS e diz que Previdência não tem responsabilidade de fechar as contas



Foto: Lúcia Marques/ABR

O ministro da Previdência Social, Wolney Queiroz, afirmou que não é responsabilidade de sua pasta fechar as contas no final do ano e que a Previdência e o INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) não podem ser transformados em “vilões”. Mesmo assim, detalhou qual é o plano para diminuir a fila de pedidos, que está em torno de 3 milhões.

“Não queiram nos transformar em vilões, não queiram impor a nós a responsabilidade de fechar as contas no final do mês e no final do ano. A nossa tarefa é incluir, é fazer com que mais e mais pessoas estejam debaixo desse grande guarda-chuva

que é a Previdência Social.”

A afirmação foi feita durante o Fórum Regional da Seguridade Social para as Américas, realizado na capital paulista na quarta-feira (25). O evento, que termina nesta sexta (27), reúne representantes da previdência de vários países.

A fila do INSS, no entanto, esteve no centro dos debates e tanto ele quanto o presidente do instituto, Gilberto Waller Júnior, pontuaram as dificuldades em atender todas as solicitações feitas por segurados no país com a entrada de 1,3 milhão de pedidos mensais.

O ministro afirmou que uma das expectativas para a redução é o novo Atmed, que passa a

ter perícia do auxílio-doença mais detalhada a distância, sem que o segurado precise passar pela perícia médica presencial. A meta é atingir ao menos 500 mil beneficiários em um ano.

Além disso, Queiroz disse que a contratação de 500 novos médicos peritos da Previdência – convocados em setembro de 2025 após concurso público – é outro ponto que deve fazer com que os requerimentos periciais passem por um fluxo de trabalho mais rápido.

Outra aposta no plano de conter a fila é o pagamento de bônus a servidores por meio do PGB (Programa de Gerenciamento de Benefício) para que destrem os pedidos de benefícios. Todas essas medidas devem atender à solicitação do presidente Lula para diminuir a fila, especialmente em ano eleitoral.

O presidente do INSS, Waller Júnior, afirmou que o instituto enfrenta falta de servidores. Segundo ele, em 2022, havia 36 mil funcionários públicos e, em 2025, esse número caiu para 18 mil, o que dificulta ainda mais o atendimento às demandas.

Tanto ele quanto Queiroz disseram que a fila única nacional para atendimento de pedidos é uma das saídas para a concessão de benefícios a quem tem a

reito, diminuindo a espera e os gastos do governo com juros e correção quando demora a pagar o benefício, e apontaram o uso da tecnologia como aliada nas demandas dos cidadãos.

Para isso, o INSS aposta na teleperícia e diz que concede ao menos 50% dos benefícios de forma automática, sem precisar de atendimento humano.

Queiroz disse entender que o papel da Previdência Social é trazer “dignidade e cidadania” a quem está na pobreza, à margem da sociedade ou que contribuiu por toda uma vida para ter seu benefício na aposentadoria.

O ministro afirmou ainda estar atento aos desafios trazidos pelo envelhecimento da população, pela informalidade e pelas novas formas de trabalho, em especial por aplicativos, que diminuem a capacidade de financiamento da Previdência e da seguridade social.

Reportagem ele disse que é preciso fazer “boa propaganda” da Previdência. “Nosso desafio agora é falar bem da Previdência Social para que ela se torne atrativa para esse novo mercado de trabalho, para quem está chegando agora no mercado de trabalho e não quer participar de um sistema que só se fala de fraude, de fila, de déficit.” (Folhapress)